

## O VI Congresso da FNE

*Nos dias 26 e 27 de Abril, em Coimbra, desenrolou-se o Vi Congresso da FNE. Em causa, neste Congresso estava a apreciação da actividade desenvolvida pela FNE ao longo dos três anos que decorreram desde o último Congresso, a aprovação de alterações ao estatuto da Federação, a aprovação das grandes linhas de política que nos irão reger no triénio que agora começou e por último a eleição dos Corpos Gerentes da FNE.*

*É destes dois dias que queremos dar-vos um relato e explicitar quais as conclusões a que se chegou.*

Assim, no início da manhã do dia 26 de Abril, os cerca de 750 delegados vindos de todos os sindicatos de professores e de pessoal não docente que constituem a Federação participaram em uma abertura de Congresso que diríamos de histórica, dado que pela primeira vez tivemos a presença do Presidente da República e do Ministro da Educação.

A Secretária Geral depois da breve alocução de boas vindas do Presidente do Congresso, Rui Morgado, interveio fazendo no seu discurso inicial uma radiografia precisa do estado da educação e



apontando desde logo o que em seu entender e no da Federação são alguns dos desafios que teremos a breve trecho de enfrentar.

Manuela Teixeira iniciou a sua intervenção lembrando os princípios - solidariedade, concertação, diálogo, participação na construção de uma sociedade mais justa e mais solidária, a justa conflitualidade - que sempre têm regido a FNE e os seus Sindicatos membros desde o dia em que iniciaram as suas actividades. Princípios que espera possam continuar a concretizar-se nas negociações que se aproximam

com o Ministério da Educação e na cooperação que desenvolve com os sindicatos de outros sectores da área laboral e com os sindicatos congéneres de outros



países. A este propósito dirigiu uma palavra muito especial ao conjunto de convidados que representavam os Sindicatos de Professores de Cabo Verde, da Guiné, de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe.

De seguida reflectiu sobre o lema que norteia o VI Congresso da FNE e que norteará a acção a desenvolver no triénio 2001/2004. Assim, em seu entender o lema *Fazer da Educação a raiz do desenvolvimento* não pode ser apenas um lema que soe bem, ele tem de ser a expressão das preocupações que temos em relação à sociedade e ao papel que a Educação nela desempenha.

E porque Educação não se faz sem profissionais, Manuela Teixeira procurou reflectir sobre o papel que os profissionais da educação desempenharam e os constrangimentos a que, hoje, se encontram submetidos numa sociedade em constante mudança, em que novos fenómenos sociais,

# O VI Congresso da FNE

para os quais a própria sociedade não foi ainda capaz de encontrar resposta, ocorrem. às expectativas.

A sociedade espera que a escola e os seus profissionais sejam capazes de preparar os jovens para a vida adulta mas não parece ter em conta as condições de trabalho em que se movem os profissionais da educação. Para a Secretária Geral da FNE é portanto imperativo inventar novas formas de actuação para que a escola seja capaz de responder

Concursos, reforma curricular, ensino superior, trabalhadores não docentes, regulamentação da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, e publicitação da avaliação das escolas foram os aspectos que Manuela Teixeira elegeu para o seu discurso de abertura e que apresentou após a reflexão feita sobre os novos desafios que os profissionais da educação enfrentam.

## Intervenção da Secretária Geral da FNE

A minha primeira palavra é, naturalmente, para o Senhor Presidente da República a quem agradeço reconhecidamente que nos tenha honrado com a sua presença nesta sessão de abertura do nosso Congresso. O Senhor Presidente tem dedicado à Educação uma atenção e um carinho muito especiais de que destaco a semana da Educação,

em que quis tomar contacto directo com a vida nas escolas e escutar os parceiros educativos; é, pois, extremamente relevante e, também, simbólico poder escutá-lo neste Congresso com que inauguramos um novo milénio que gostaríamos que ficasse conhecido pelo milénio da Educação.

Agradeço, também, em nome de todos os congressistas, a presença do Senhor Ministro da Educação. O Senhor Ministro sabe que somos e seremos sempre parceiros leais e exigentes nesta luta que todos travamos por uma melhor Educação em Portugal. Temos da acção sindical uma visão que não é corporativa procurando, por isso mesmo, inserir a defesa dos interesses dos

trabalhadores que representamos no quadro da defesa geral da Educação e do País. Privilegiamos o diálogo e a concertação mas não renunciaremos a lutar quando essa se nos afigura a única via que nos resta na defesa do que consideramos essencial. Faço votos para que seja possível encerrar por acordo os importantes processos negociais que temos em aberto, já que a via da negociação se tem mostrado sempre o melhor caminho para definir soluções duradoiras.

Agradeço a presença de todos os nossos convidados que ao aceitarem acompanhar-nos neste Congresso, nos alentam a prosseguir esta via privilegiada de participação na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais desenvolvida.

Permitam-me que releve a presença dos dirigentes sindicais de outros países, designadamente dos países lusófonos cuja independência acompanhamos com respeito e cujos percursos de consolidação democrática e de



# O VI Congresso da FNE

## Intervenção da Secretária Geral da FNE

desenvolvimento seguimos com muita atenção. Vocês têm um importante papel a desempenhar nessa consolidação da democracia e nesse desenvolvimento e eu desejo testemunhar-vos a nossa vontade de estar convosco nesse esforço.

### Fazer da Educação a raiz do desenvolvimento um lema com sentido

Escolhemos como lema deste Congresso *Fazer da Educação a raiz do desenvolvimento* e não queremos que este lema seja apenas uma frase que soa bem..

Estamos preocupados com o sentido do desenvolvimento e não queremos que ele se faça através do domínio da técnica sobre o homem e da espiral do lucro como matriz.

Como é evidente entendemos que o desenvolvimento tecnológico é essencial ao bem estar da humanidade e nunca defendemos uma sociedade que não premeie o esforço, a iniciativa privada, a vontade de empreender. Mas queremos que o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social sejam companheiros de percurso e que a todos sejam dadas oportunidades de usufruir dos frutos da terra e dos frutos do conhecimento.

Colocar a Educação na raiz do desenvolvimento é garantir

um investimento permanente na Educação e multiplicar os meios de a tornar património de todos, a todos garantindo idênticas condições de acesso e de sucesso educativo.

### Os constrangimentos dos profissionais da Educação

Mas se o direito universal à Educação foi já um adquirido nos discursos do último século, temos de admitir que não se criaram as condições para fazer que o acesso de todos à escola conduzisse ao sucesso educativo que lhe devia corresponder.

E por isso mesmo os profissionais da Educação se encontram hoje sujeitos a obrigações contraditórias; deles espera-se tudo, dando-se-lhes, em troca, muito pouco. E não estou a referir-me a questões salariais; estou a falar do apoio efectivo de que necessitam para reinventar a escola, para a tornar um espaço em que todos gostem de estar, de trabalhar e de conviver.

Se olharmos para trás e recordarmos qual era o estado da Educação em 1974, se evocarmos todas as lutas que travamos, todas as vitórias que alcançamos e todas as alterações que se produziram temos de admitir que se progrediu muitíssimo. Mas se olharmos para o dia de hoje e para o dia de amanhã, se pensarmos nos novos públicos que demandam a escola,

se tivermos em conta o que o desenvolvimento tecnológico exige hoje da actividade humana, tomamos consciência de que a educação está longe de responder às legítimas expectativas que todos têm sobre ela.

Mas essas expectativas só serão verdadeiramente legítimas se forem acompanhadas de um grande apoio à actividade dos profissionais da Educação.

É imperativo reconhecer que estes profissionais se confrontam hoje com problemas que não eram sequer imaginados há 30 anos atrás.

De facto, não existem referências históricas que permitam estabelecer paralelos; "*a nossa sociedade generalizou a tendência para converter em problemas educativos todos os problemas sociais pendentes*": da violência à droga, do racismo aos problemas da prevenção da sida para todos se espera que a escola encontre soluções que coloquem as crianças e os jovens ao abrigo destes flagelos.

Paralelamente espera-se que a escola prepare as crianças e os jovens para a vida adulta através de uma formação intelectual de qualidade. Refira-se que estas crianças e estes jovens são, e devem obviamente ser, a totalidade das crianças e jovens deste país, aqui se incluindo aqueles que estão na escola sem vontade de lá estar e cujos pais, em muitos casos, só os mantêm na escola por ser obrigatório.

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção da Secretária Geral da FNE



### Imperativo inventar novas formas de actuação

Os profissionais da Educação que aqui representamos reconhecem que se tornou imperativo inventar novas formas de actuação que permitam responder às expectativas sociais mas declaram que não podem responder a estas expectativas, que constituem um desafio desmedido, sem um apoio inequívoco do Estado e da Sociedade.

O que se nos pede, o que se pede, aliás, a todos os profissionais da Educação em todo o mundo, é que sejam capazes de descobrir novos caminhos de acesso ao conhecimento, que se somem, afinal, à saga dos descobridores que, no passado, deram novos mundos ao mundo. Mas se os descobrimentos, antes de serem o produto do heroísmo foram a consequência do conhecimento, representaram, também, um desígnio nacional que

tornou possível essa gesta histórica de valor incomparável.

O que pedimos, o que reivindicamos é, exactamente, que a Educação se torne num verdadeiro desígnio nacional que o Estado e a Sociedade mais do que apontarem um dedo acusador à escola se interroguem sobre o que é preciso ser feito para que a escola responda às expectativas que sobre ela repousam.

### Os desafios que se colocam com os dossiers em aberto

Ao longo destes dois dias iremos analisar a situação actual e definiremos propostas para o futuro. Ser-me-à permitido que aponte, a título exemplificativo, o que deve mudar, o que queremos, absolutamente, que se altere para que os profissionais da Educação possam responder com sucesso ao sucesso educativo que se espera que eles consigam promover.

### Concursos

Está em debate com o Ministério da Educação a revisão do sistema de **concursos** dos educadores e dos professores dos ensinos básico e secundário. Como é óbvio, o problema da estabilidade docente é um problema que preocupa todos a começar pelos próprios profissionais que suportam cada vez mais longos períodos de instabilidade face ao local em que

trabalham. Para além dos docentes, este é um problema que afecta as escolas já que a rotação anual dos professores dificulta a continuidade educativa e a construção de verdadeiras comunidades educativas. Esta questão, aliás, foi-nos suscitada pelo Senhor Presidente da República no quadro da já referida iniciativa presidencial em favor da Educação.

Mas a solução para este problema não passa pelas medidas que até agora nos foram apresentadas pelo Ministério. E a primeira grande questão que se coloca aparece referida à constituição dos quadros docentes. Devemos afirmar, sem nenhum equívoco, que não é possível esperar que os professores respondam aos desafios com que se confrontam se não lhes for dado tempo suficiente para o desenvolvimento das múltiplas tarefas que deles hoje se esperam. Assim, definir os quadros tendo por critério exclusivo as horas de leccionação é pôr em causa o desenvolvimento de projectos e o apoio aos alunos com maiores dificuldades no sentido de conduzir todos ao sucesso educativo.

Importa que se faça uma redefinição dos quadros docentes que tenha em conta a diminuição do número máximo de alunos por turma, de alunos por professor e que reconheça que a actividade docente exige horas de trabalho na escola que vão muito para além do horário dedicado a dar aulas. Tentar resolver esta questão, como

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção da Secretária Geral da FNE

o Ministério tem pretendido fazer, à custa da sobrecarga dos professores é retirar-lhes o tempo imprescindível para a preparação cuidada das suas aulas e para o investimento na sua auto-formação.

O entendimento que temos é, pois, o de que a revisão do sistema de concursos exige um alargamento substancial de quadros, incentivos à fixação nas periferias e um quadro transparente de regras que garanta o respeito pela graduação profissional dos docentes. Qualquer outra solução se revelará pouco consentânea com os objectivos de sucesso educativo que prosseguimos.



### Reforma Curricular uma questão quente

Uma das questões que tem aquecido a contestação no sector da Educação é a da **reforma curricular**. Como é sabido, a FNE não se tem associado a essas lutas entre outras coisas porque reconhece que algumas alterações são necessárias e entende que o Governo tem direito de decidir

sobre a matéria depois de ter ouvido os diferentes intervenientes, o que fez. Mas esta posição da FNE não significa que estejamos de acordo com o conteúdo desta reforma, que não nos preocupe muitíssimo a indefinição que ainda existe no que se reporta aos currículos do ensino secundário e o modo como o Ministério da Educação pretende introduzir esta alteração curricular.

Face às dificuldades com que os sistemas educativos se confrontam, os Governos tendem a legislar... Mas não consideramos que a via legislativa possa ser uma panaceia para os males que afligem o sistema.

Gostaríamos de aconselhar o Senhor Ministro a avançar para esta nova reforma com muito cuidado, garantindo aos docentes um tempo de preparação essencial e deixando às escolas o tempo de adaptação de que necessitam para que a orientação política subjacente à alteração definida atinja os objectivos que se propõe em vez de conduzir a resultados contraproducentes. Gostaríamos, ainda, de o aconselhar a ser muito prudente na definição curricular do ensino secundário articulando-o com os modos de acesso ao ensino superior para que a solução encontrada não se torne, ainda, mais injusta para os jovens do que a situação actual, ela própria a carecer de profunda mudança.

O tempo da decisão é

importante mas o modo como se aplicam as decisões tomadas é essencial à sua eficácia.

### Ensino superior um dossier há muito em aberto

Um outro dossier que se encontra em aberto é o referente ao **ensino superior**, integrando o Estatuto da Carreira Docente Universitária, o diploma de criação de cursos e a revisão do Estatuto do Ensino Superior Particular.

Registamos como positiva a apresentação da proposta de revisão do ECDU; se em boa parte discordamos dela entendemos que pode ser uma base de negociação. Na nossa perspectiva é preciso dignificar a carreira docente universitária valorizando o trabalho de leccionação e de investigação realizados e permitindo um desenvolvimento de carreira que tenha como base critérios de qualidade científica e pedagógica e não critérios burocráticos ligados à estruturação dos quadros. Aliás esta proposta deve ser discutida em simultâneo com propostas de revisão dos quadros e da estrutura salarial.

Lamentamos que a proposta de revisão do Estatuto da Carreira dos Professores do Ensino Politécnico não tenha acompanhado a do ensino universitário já que se torna imperativo dignificar ambas por igual, reconhecendo as

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção da Secretária Geral da FNE

especificidades de cada uma. Reivindicamos, assim, que o Governo avance, também e de imediato, com esta matéria para negociação.

Quanto aos outros diplomas postos em debate seria preciso um tempo de que agora não disponho para poder emitir uma opinião. Direi, apenas, que discordamos de uma tentativa de uniformização que limita a inovação e de uma apreciação da qualidade que se baseia mais em critérios burocráticos do que numa análise dos produtos. Precisamos de um ensino superior de qualidade e inovador; essa qualidade e essa inovação não passam por algumas das actuais propostas do Governo.

### Trabalhadores Não Docentes parceiros essenciais

Consideramos a escola como uma comunidade educativa que necessita do contributo de uma multiplicidade de actores para levar a bom termo a sua missão. Os **trabalhadores não docentes** aparecem, aqui, como parceiros essenciais ainda que, permanentemente, ignorados.

A definição do Regime Jurídico dos Trabalhadores não docentes das escolas foi uma importante vitória dos Sindicatos da UGT, liderada pela FNE. Torna-se imperativa a sua urgente regulamentação e a criação dos quadros que dotarão as escolas dos novos profissionais de que

necessita para dar resposta aos novos desafios com que se confrontam.

### A carreira docente finalizar a regulamentação

Torna-se, aliás, urgente dar um novo ritmo aos processos negociais em curso e retomar processos interrompidos, designadamente os que se reportam à **cabal regulamentação da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário**. Refiro-me, particularmente, aos incentivos à fixação na periferia, à criação de novos índices para mestres e doutores e à regulamentação da avaliação extraordinária de desempenho. Sempre defendemos que a qualidade da profissão docente passava, também, pela avaliação de desempenho, premiando-se o mérito excepcional e a aquisição de novos graus académicos. O Ministério da Educação tem manifestado pouca determinação nesse sentido o que não favorece a excelência que diz desejar promover.

### Escolas: Avaliação - Sim! Ranking - Não!

Ainda que a matéria seja delicada não deveria concluir-se me referir à questão da

**publicitação da avaliação das escolas**. Declaro, desde já, que as afirmações que vou produzir não são politicamente correctas porque serão feitas ao arrepio do que é solicitado pelos órgãos de comunicação social, por vários intelectuais que fazem opinião e por alguns Partidos da Oposição.

Defendendo que as escolas devem ser avaliadas consideramos que essa avaliação, pelo menos nos primeiros anos da sua concretização, não deve ser globalizada nem publicitada. Esta posição da FNE, deve ser explicada ainda que eu tenha consciência de que será genericamente considerada como mais uma prova do corporativismo dos Sindicatos. É um risco que assumimos sentindo-nos de consciência bem tranquila porque estamos convictos de que a história nos julgará de outro modo.

Somos contra uma globalização da avaliação – que permitiria estabelecer um ranking de escolas – e sobre a publicitação da avaliação, essencialmente, por três motivos:

**1º** - Os critérios de avaliação em educação são muito difíceis de definir, não existindo, ainda, qualquer consenso sobre esta matéria entre os especialistas, o que torna discutíveis quaisquer resultados obtidos;

**2º** - As condições de trabalho, os públicos alvo e a composição dos corpos docentes das escolas são extremamente heterogêneos tornando-se

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção da Secretária Geral da FNE

altamente complexo lidar com todas essas variáveis na definição de uma avaliação comparativa;

**3º** - Como vários investigadores em Educação, em todo o mundo, têm vindo a reconhecer “educar envolve emoções” e os professores estão emocionalmente marcados pelas profundas transformações da vida escolar, a que aludi na primeira parte desta intervenção. Assim, hoje, os professores necessitam mais de apoio do que de acusações, precisam mais de ser suportados na sua autoridade do que de verem as suas escolas apontadas, com dedo acusador, por alunos, pais e população em geral.

Sei que a Sociedade está ávida de conhecimento, quer saber tudo completamente e tudo controlar. Tem direito a saber que qualidade têm os serviços que paga. Tem direito, aliás, à qualidade dos serviços públicos.

Terminada que foi a intervenção da Secretária Geral da FNE, foi dada a palavra ao Ministro da Educação, Augusto Santos Silva.

O Ministro aproveitou a ocasião para fazer uma retrospectiva do trabalho realizado ao nível da educação nos últimos anos. As questões da carreira única da formação, das condições de trabalho e os aspectos remuneratórios mereceram da sua parte lugar de realce no muito que foi conseguido ao longo dos anos em que a Democracia tem permitido um diálogo e uma concertação entre a FNE e o Governo.

Feita a retrospectiva o Ministro da Educação voltou-se para o futuro. Futuro próximo e que passa

Tudo isso compreendemos mas exactamente, antecipando os efeitos perversos da constituição de rankings de escolas, e em nome da qualidade que desejamos, pedimos:

**1º** - que a avaliação das escolas prossiga e que os critérios dessa avaliação sejam permanentemente discutidos e aperfeiçoados;

**2º** - que cada escola seja confrontada com a avaliação qualitativa que foi feita aos vários aspectos da acção que desenvolve e sobre ela possa reagir;

**3º** - que esta avaliação não seja tornada pública enquanto não existirem condições de apoio às escolas, que assegurem equidade de tratamento às crianças e aos jovens que têm percursos pessoais marcados por fortes desigualdades sociais e aos professores que se encontram desamparados face às múltiplas exigências e aos enormes constrangimentos com que se confrontam.

por colocar a educação na raiz do desenvolvimento social e do país, que passa por aspectos que, segundo o Ministro, se prendem com o reconhecimento e valorização da profissão, pelo desenvolvimento das escolas, do profissionalismo docente, pelas ligações entre os múltiplos actores que persigam o objectivo comum de mais e melhor educação e pela harmonização das dimensões científica, tecnológica e pedagógica.

Por último o Ministro da Educação, face aos desafios com os quais todos somos confrontados apresentou as razões que segundo ele, existem para que existam referenciais de acção e compromissos claros e firmes.

Uma vez mais colocamos o nosso Congresso entre duas datas históricas: o 25 de Abril que nos restituiu a liberdade e que nos permite estar aqui hoje e o 1º de Maio que simboliza a luta histórica dos trabalhadores e que é património de todos quantos optaram pela vida sindical como modo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais digna e mais solidária.

Permitam-me que conclua com um voto muito sentido, apropriando-me de palavras do Senhor Presidente da República:

“Dizer que a educação é uma das mais importantes responsabilidades sociais do nosso tempo não pode ser apenas uma figura de retórica. Tem de constituir uma referência na acção diária do conjunto dos actores sociais e educativos: pais, professores, autarcas, governantes, empresários, sindicalistas...”

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção do Ministro da Educação

### Acreditar na Educação e nos seus Profissionais

1. Agradeço o convite para intervir na sessão de abertura do Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE). Entendo-o, e à minha presença, como mais uma manifestação da vontade em prosseguir a comunicação entre esta organização representativa dos profissionais da educação e o Governo, no ambiente de diálogo e parceria que a tem caracterizado.

#### A política educativa uma análise retrospectiva

A política educativa pela qual posso e devo, agora, responder – e diz respeito ao ciclo de governação iniciado em 1995 – inclui entre as suas orientações estratégicas a valorização da profissão docente. E compreende-se porquê, que esse é um factor bem importante da recentragem nas escolas e nas práticas educativas. O trabalho dos professores e restantes profissionais nas escolas representa o elemento mais decisivo para a qualidade e a inclusividade da nossa educação. É lógico que quem anseia por melhorar o investimento na educação e o seu impacto social olhe com uma atenção acrescida para os educadores.

#### A carreira única

Não pretendo proceder a nenhum inventário sistemático. Mas

valerá a pena mostrar brevemente a lógica e o alcance da acção seguida. Assim, de 1995 para cá, deram-se passos largos na consolidação da carreira única dos docentes da educação e ensino básico e secundário; na formação, inicial, contínua e especializada, dos profissionais; nas suas condições de trabalho e remuneração.

Quanto à consolidação da carreira única, lembraria a revisão do Estatuto da Carreira Docente; a consagração do grau de licenciatura como habilitação necessária à docência, desde a educação de infância ao ensino secundário; a regulamentação, para efeitos de aceleração da progressão na carreira, da aquisição dos graus de licenciado, mestre e doutor, bem como da qualificação para o exercício de outras funções educativas.

#### A formação

Quanto à formação, recordaria as mudanças introduzidas no desenvolvimento da formação contínua de educadores e professores, no sentido da criação de melhores

condições para a participação de todos e da valorização da formação contextualizada, próxima das vivências e necessidades profissionais e orientada por escolas, centros de formação, instituições de ensino superior e associações científicas e profissionais; o alargamento das possibilidades de obtenção de licenças sabáticas e equiparações a bolseiro, no ensino não superior, propiciando recursos adicionais para investigação e formação; a criação e o desenvolvimento de cursos de formação especializada; a criação e o desenvolvimento de cursos de complementos de formação para que bacharéis da educação pré-escolar e do 1º ciclo





# O VI Congresso da FNE

## Intervenção do Ministro da Educação

pu dessem conseguir o grau de licenciatura e para que professores vinculados com habilitação suficiente obtivessem qualificações; e, no caso específico do ensino superior, o fortíssimo incremento do apoio à formação avançada, conducente a mestrados e doutoramentos.

### As condições de trabalho

Quanto às condições de trabalho, gostaria de lembrar o alargamento das condições de autonomia das escolas e do papel central nela cometido aos profissionais; a expansão e a melhoria das infra-estruturas e equipamentos escolares; o alargamento muito significativo, designadamente por comparação com a retracção geral do número de alunos no ensino básico e secundário, dos quadros de pessoal docente e das condições de vinculação; a criação do crédito global de horas equiparadas a lectivas, permitindo às escolas meios acrescidos de desenvolvimento de actividades educativas diversificadas; o impulso concedido ao recrutamento de educadores de infância e os incentivos criados para uma gradual aproximação de remunerações, entre a rede pública e a rede privada solidária; a instituição e regulamentação de protecção social face ao desemprego para docentes contratados.



### Os aspectos remuneratórios

Quanto, enfim, aos aspectos remuneratórios, salientaria os dois grandes processos de revalorização salarial: entre 1996 e 1999, no que respeita ao ensino superior; e aquele cujos efeitos ainda se repercutirão no próximo mês de Outubro de 2001 e se desenrola desde 1999, relativo à revalorização da generalidade dos índices da carreira única do não superior; além disso, houve uma evidente melhoria na posição dos escalões de ingresso na posição docente, uma redução geral dos tempos de permanência em cada escalão da carreira e uma mais adequada progressão até chegar ao respectivo topo. Deve lembrar-se, também, no que importa quer às condições de trabalho quer às de remuneração, a revisão do regime jurídico do pessoal não docente e a sua regulamentação, em curso.

### O Futuro Próximo dos Profissionais da Educação

É útil recordar o que fizemos, mas apenas para prepararmos

melhor o futuro próximo. Ora, creio que várias questões dominarão o futuro próximo dos profissionais da educação; e gostaria de contribuir para a sua enunciação.

### A educação, raiz do desenvolvimento

Primeira e ampla questão: como bem indica o lema deste Congresso – “a educação, raiz do desenvolvimento” – o desenvolvimento da educação é indispensável ao desenvolvimento da nossa sociedade, da nossa economia, da nossa cultura e da nossa comunidade política. É preciso, pois, afirmar convictamente a natureza e o lugar “radical” (de quem está na raiz) da educação e do investimento social na educação. Nós temos vários desafios pela frente e em todos a contribuição dos profissionais é incontornável: a expansão da educação pré-escolar e a concretização do programa de duplicação, até 2006, dos lugares disponíveis em creches (um programa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que o Ministério da Educação apoiará, dentro das competências e das preocupações educativas que são as suas); a melhoria da qualidade da integração e das aprendizagens no ensino básico; a progressiva generalização da frequência da educação de nível secundário, de modo a que se possa cumprir, ainda nesta década, o compromisso

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção do Ministro da Educação

assumido pelo Estado e pelos parceiros sociais, para que todos os jovens até aos 18 anos se encontrem em educação ou formação; a consolidação e qualificação do ensino superior; e a grande tarefa da educação e formação dos adultos.

### Reconhecimento da profissão

Segunda questão, também ela decisiva: o reconhecimento e a valorização social da profissões e dos profissionais da educação. E sabem bem que não falo, exclusiva ou predominantemente, dos aspectos materiais. Uma sociedade que quer evoluir tem de prezar as suas escolas e os seus professores: tem de respeitá-los, acarinhá-los. Deve compreender plenamente que, sendo como são todas as outras condições, materiais, organizacionais ou humanas, importantíssimas, a essência do sentido e do valor da educação está na relação entre educadores e educandos. Há muito a fazer, muita pedagogia, muita mobilização, a fazer em Portugal, em torno deste objectivo primacial: melhorar o reconhecimento social dos professores e outros profissionais da educação.

### Desenvolvimento das escolas

Em terceiro lugar, o desenvolvimento das escolas como organizações educativas – quer

dizer, contextos institucionais adequados e eficazes de serviço educativo. Para isso, é decisivo continuar a avançar em três direcções complementares: o binómio autonomia-responsabilidade social de cada escola; a liderança, ou seja, a direcção clara, legitimada e efectiva, e a estabilidade docente, condição indispensável à construção de identidade própria e de elaboração e concretização de projectos educativos consistentes,.

### Profissionalismo docente

Em quarto lugar, o desenvolvimento do profissionalismo docente.

É uma área crítica, que se desdobra por múltiplas dimensões: a qualidade e a pertinência da formação inicial, seja nos seus aspectos de consolidação científica, cultural e pedagógica, seja nas condições e lógicas de profissionalização; a relevância e a organização da formação contínua e especializada, e a difícil mas necessária articulação com o desenvolvimento da carreira profissional, evitando as perversões simétricas da colonização da formação pelo utilitarismo e da separação abrupta entre formação, desempenho e progressão profissional; a consolidação e afirmação do estatuto próprio do educador e professor, profissional qualificado, implicado, detentor de saberes e saber fazer específicos e

investido de uma responsabilidade e uma autoridade que estudantes, famílias e demais intervenientes no processo educativo devem respeitar e favorecer; a adaptação da formação e do desempenho aos novos desafios da educação básica, secundária e superior, mas com especial atenção à primeira, decorrentes da universalização da frequência, do encontro de múltiplos públicos e de mutações culturais e sociais profundas no meio envolvente da educação – e digo bem desafios, evidenciando problemas e potencialidades, e por isso irreduzíveis à simples e unilateral acentuação das carências; desenvolvimento do trabalho em equipa e por projecto, que o mundo de hoje é claramente marcado pela necessidade imperiosa de quebrar compartimentações e isolamentos e entender o trabalho educativo como a relação continuada e organizada entre equipas de professores e grupos de alunos, trabalhando por referência a orientações e regras claras do currículo nacional, mas sabendo dar-lhes vida e alcance através de projectos e metodologias de projecto.

### As ligações entre os múltiplos actores

Em quinto lugar, o fortalecimento das ligações entre os múltiplos actores que fazem as comunidades educativas: professores, estudantes, famílias,

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção do Ministro da Educação

autarquias locais e outras instituições do tecido social ambiente que podem e devem acrescentar valor nos processos educativos. Sem pretensões de tutela ou manipulação e com respeito pelas esferas de autonomia e responsabilidades próprias de cada um. Em espírito de parceria, isto é, não apagando a diversidade de interesses e contribuições, mas mantendo uma comunicação regular fundada na cooperação para esse objectivo comum que é realizar mais e melhor educação.

### As dimensões científica, tecnológica e pedagógica que relação?

Em sexto lugar, a harmonização entre a dimensão científica e tecnológica e a dimensão pedagógica na estruturação do desempenho e da carreira dos docentes do ensino superior, de modo a conseguir avançar substanciais na qualidade do serviço prestado por universidades e institutos politécnicos. Não a vale a pena, aliás, tentar diminuir a exigência própria de tal carreira, porque ela é um dos mais seguros fundamentos do ensino superior como tal - e deve ser desenvolvida em paralelo com o estímulo e a pressão para a implicação

profissional nas instituições e nas comunidades científicas.

Finalmente, esse outro percurso indispensável à qualificação do sistema educativo, que é a qualificação das funções e das profissões não docentes, em particular nas escolas básicas e secundárias. Estas há muito que não precisam nem se bastam com os antigos e esquecidos "contínuos". Requerem pessoal formado e profissional, seja na acção educativa, seja na administração, seja nos apoios técnicos, por exemplo, em psicologia e orientação ou documentalismo.

### Os Compromissos do Futuro

São vários e complexos, pois, os desafios do futuro próximo. Razão de sobra para sermos claros e firmes em matérias de compromissos e referenciais de acção.

Nós acreditamos no valor radical, fundador, da educação - condição e consequência do desenvolvimento, condição e consequência da cidadania. Por isso nos recusamos a aceitar o discurso negativista, que só vê cri-

ses, obstáculos e impossibilidades, porque, de facto, descreve da educação e da escola, no sentido amplo dos dois termos.

Nós perseguimos a qualidade e julgamos que se chega tanto melhor a níveis superiores de qualidade quanto mais eficientemente se combina autonomia, avaliação e responsabilidade social, quanto mais se baseia a legítima reivindicação do reconhecimento público na demonstração prática do profissionalismo.

Por isso mesmo recusamos apreciações sumárias ou julgamentos demográficos do trabalho das organizações e dos profissionais, mas recusamos também os fechamentos corporativos ou as rotinas burocráticas, aceitando e desejando sujeitar os desempenhos a escrutínios informados e críticos e a avaliações regulares.

Para sintetizar múltiplos compromissos numa só, mas radical, afirmação: estando convictos do valor da educação, dizemos que são as escolas e, dentro delas, primordialmente professores e alunos envolvidos em projectos comuns que **fazem**, que realizam a educação.

# O VI Congresso da FNE

O Presidente da República foi o último interveniente nesta sessão de abertura do Congresso. A sua intervenção que começou por ter uma parte como disse “mais informal” centrou-se na reflexão do cidadão Jorge Sampaio sobre a Educação. Sobre a importância que tem para o desenvolvimento de um país e sobretudo sobre as imagens que cada um de nós tem da escola, dos seus profissionais e das



funções que se espera que estes desempenhem. O Presidente recorreu à sua experiência de aluno e de pai para desenvolver algumas ideias das quais destacámos a sua preocupação com a crescente violência que ocorre nas nossas escolas, tendo afirmado mesmo que em sua opinião as medidas preventivas não bastam e que é necessário a definição de “regras claras de sanção”, porque “a impunidade põe em causa a segurança, a liberdade e a democracia”. A problemática da participação não foi esquecida pelo Presidente tendo dito, a propósito da participação dos elementos da comunidade na escola, que “os apoios não devem ser só esperados do Ministério. Exijam que os próximos candidatos autárquicos formulem, nos seus programas de candidatura, opções sobre a sua colaboração com as escolas”. Passada a fase inicial o Presidente da República passou ao discurso formal que reproduzimos na íntegra.

## Intervenção do Presidente da República

É com muito prazer que participo na sessão de abertura do vosso Congresso. Com a minha presença quero sublinhar a importância que atribuo à educação e desejar a todos quantos aqui se encontram os maiores êxitos.

Quero também felicitar-vos pela escolha do lema dos vossos trabalhos “Fazer da Educação a Raiz do Desenvolvimento”, que considero da maior relevância.

Todos sabemos que o futuro dos portugueses e do nosso país estará profundamente associado àquilo que formos

capazes de fazer na educação e na formação.

### O Futuro dos Portugueses e a Educação

Após um longo período em que este sector foi esquecido e o acesso à escola constituiu um privilégio reservado a muito poucos, vivemos, felizmente, um tempo em que se acredita na educação. É necessário que assim seja, quaisquer que sejam os nossos credos políticos ou pedagógicos.

É imperioso que a sociedade acredite, cada vez mais, na aposta educativa como instrumento decisivo do desenvolvimento.

Permitam-me que, nesta primeira parte da minha intervenção e a propósito do lema do vosso Congresso, refira alguns objectivos que considero hoje essenciais para a escola.

Alguns desses objectivos foram assumidos pelos Ministros da Educação da União Europeia e apresentados ao Conselho Europeu da Suécia em Março passado.

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção do Presidente da República

### A educação e a formação no contexto político europeu

Nesse trabalho, iniciado no Conselho Europeu de Lisboa, a educação e a formação surgem como poderosos meios de desenvolvimento e, também, de aperfeiçoamento da democracia. **A educação e a formação têm vindo a assumir uma importância reforçada no contexto político europeu.**

No documento em causa são referidas as rápidas mudanças no mundo do trabalho, que requerem permanentemente novas competências e capacidade de adaptação; a necessidade de adaptar as sociedades a um decréscimo da natalidade, motivando as pessoas para continuarem a aprender e a reconverter as suas carreiras em diferentes fases da vida; a redução das desigualdades e dos processos de exclusão social e a promoção da diversidade cultural.

A preparação dos cidadãos para a sociedade do conhecimento e a aquisição de capacidades básicas são consideradas preocupações maiores. Considera-se essencial que a educação promova o desenvolvimento de competências vocacionais e profissionais, de literacia, competências sociais e de trabalho em grupo, bem como o desenvolvimento da sensibilidade

artística e cultural.

A formação das pessoas com capacidade de intervir, resolver problemas, desenvolver iniciativas empresariais surge igualmente como uma preocupação dos responsáveis europeus pela educação.

Considero muito positivo que se assumam para as escolas dos países da União Europeia alguns objectivos de desenvolvimento comuns, sendo claro, todavia, que não se trata de uniformizar modos de funcionamento.

Considerando estes objectivos gostaria de partilhar convosco três desafios essenciais ao desenvolvimento do sistema educativo português nos próximos anos:

O primeiro desafio diz respeito à necessidade de construir uma escola eficaz onde todas as crianças, jovens e adultos possam aprender e encontrar os apoios de que necessitam.

### Um novo mandato para a escola

Uma escola para todos.

Não ignoro os problemas que a democratização do acesso trouxe às instituições, mas esses problemas devem constituir um estímulo para a construção de novas práticas educativas, que criem



hábitos de trabalho e o gosto de aprender. A grande orientação para a escola do nosso tempo, aceite mesmo pelas filosofias mais liberais, é que nenhuma criança deve ficar para trás. É necessário, por isso, que se criem processos de apoio e orientação dos alunos que encontrem dificuldades nos seus percursos. Existe hoje, tenho o referido noutros contextos, **um novo mandato para a escola.** Mandato que obriga a procurar um novo equilíbrio entre o esforço para promover a aquisição de conhecimentos e a capacidade de diferenciar as propostas de trabalho para os alunos, tendo em conta as suas capacidades e interesses culturais. Mas que obriga também a que existam regras claras de avaliação dos alunos, e de exigência de frequência das aulas. A frequência da escolaridade obrigatória não pode ser assumida como opção dos alunos.

Uma escola para todos, que deve ser, a meu ver, **prolongada em número de anos**, tem de ser capaz de prevenir os abandonos

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção do Presidente da República

da escolaridade obrigatória, dignificar e estimular a frequência de formações profissionais, contribuindo para que os jovens que saem da escola possam inserir-se com maior facilidade no mercado de trabalho.

### Formar cidadãos

O segundo desafio diz respeito à necessidade de formar cidadãos capazes de compreenderem e intervirem no mundo em que vivem. A escola deve preparar os alunos para serem capazes de fazer opções nos domínios da política, do ambiente, do património, ou relacionados com a saúde e com a informação.

A educação para a cidadania deve ter como base a aprendizagem dos direitos e deveres de cada aluno, da tolerância e do respeito pelos outros.

Não vos escondo a minha preocupação com o crescimento, em algumas zonas, da indisciplina e de actos de violência na escola. Penso que devem ser, em primeiro lugar, tomadas medidas preventivas, de motivação dos alunos, de clarificação de regras de funcionamento das turmas e da escola, de participação na vida dos grupos. Mas é necessário possuir, igualmente, regras claras de sanção de comportamentos perturbadores da vida da escola. A impunidade põe em causa a

segurança, a liberdade e a democracia.

A autoridade do professor tem aqui um papel decisivo, ensinando o respeito pelos outros, a tolerância e o cumprimento de regras.

### A educação ao longo da vida

O terceiro desafio diz respeito à necessidade de promover a educação ao longo da vida. Portugal é, infelizmente, um dos países da União Europeia com mais baixas qualificações da população activa. É preciso organizar sistemas de creditação de competências e saberes e adaptar pedagogias e ritmos de formação às populações que procuram novas oportunidades educativas.

A formação ao longo da vida deve estar cada vez mais acessível a um número crescente de pessoas. Trata-se de um desafio às instituições educativas e, em particular, às instituições de ensino superior que serão, cada vez mais, chamadas a produzir respostas neste sector.

### A escola e os parceiros

Minhas senhoras e meus senhores

Sei que a solução dos problemas que se colocam hoje aos sistemas educativos não é fácil. Ao contrário do que muitas vezes

se diz, estou convencido que a escola, por si só e sem o trabalho em parceria com as diferentes instâncias do meio envolvente, não os poderá ultrapassar. Tenho apelado por isso à necessidade de mobilização de uma **responsabilidade social** que deve ser de todos: agentes educativos, pais, autarcas, serviços sociais, saúde, justiça.

Do conjunto destas mudanças surge um novo mandato para a escola e para os professores que obriga a que se repense as funções e a formação dos agentes educativos.

No final da minha intervenção gostaria de vos deixar sobre este tema três preocupações:

### A formação dos profissionais

**A primeira preocupação diz respeito à formação de professores e dos outros agentes educativos, um dos instrumentos mais poderosos de qualquer renovação no sector educativo.** As mudanças no quotidiano das escolas foram de tal modo importantes que exigem a reformulação das funções educativas e, sobretudo, das novas competências exigidas aos professores e aos agentes educativos em geral. Se para um professor preparado para transmitir conhecimentos se exigia uma formação científica e didáctica profunda, são hoje indispensáveis

# O VI Congresso da FNE

## Intervenção do Presidente da República

competências no que diz respeito à organização das aprendizagens e à diferenciação das estratégias de ensino e apoio aos alunos. Neste plano é indispensável organizar processos de formação dos funcionários não docentes e, muito em especial, daqueles que enquadram os alunos durante os tempos não lectivos.

É, pois, necessário repensar a formação inicial e contínua para que os professores e os outros agentes educativos sejam capazes de exercer estas novas funções. Estaremos nós a preparar os jovens professores para associarem uma atitude de rigor relativamente aos conteúdos com estas novas funções?

Estaremos nós a orientar da forma necessária as políticas de formação contínua?

### A colegialidade docente

Uma segunda preocupação diz respeito à colegialidade docente.

A maioria dos problemas que se colocam hoje, no dia a dia das escolas, exige um trabalho de concertação das equipas pedagógicas, no que diz respeito ao planeamento, organização das aprendizagens e também na avaliação. Este trabalho exige um esforço da colegialidade docente, mas exige também uma atitude de

pesquisa e reflexão que deveriam constituir uma base das estratégias de inovação e formação contínua.

### A ética profissional docente

Uma terceira preocupação tem a ver com a necessidade de pensar a ética profissional docente.

A profissão docente é das que maiores consequências pode ter sobre as pessoas. A influência que os professores podem ter vai potenciar o desenvolvimento harmonioso de uma personalidade ou, pelo contrário, prejudicar esse desenvolvimento. Ser capaz de compreender essas influências constitui uma dimensão importante da profissão. Por isso, é essencial que cada professor seja capaz de avaliar o seu trabalho e as suas consequências. Estabelecer momentos de avaliação, de negociação, de análise de conflitos faz parte da construção de uma nova ética docente

### O exercício da profissão

Sei que as condições do exercício da profissão são hoje muito difíceis e que exigem meios e transformações adequadas. Muitos de vós sois confrontados com situações difíceis de afastamento das vossas residências. São situações penosas que espero

possam ser ultrapassadas. Penso que a resolução dos problemas que se prendem com as condições do exercício da profissão devem colocar, em primeiro lugar, o interesse dos alunos e a estabilidade essencial ao trabalho e ao desenvolvimento de projectos de escola. Só assim teremos profissionais realizados.

Há que rever os processos de colocação, de modo a permitir a formação de equipas e uma maior estabilidade, bem como uma relação positiva com a escola e com os alunos.

O desafio que vos deixo é para que aceitem ultrapassar tabus e analisem os caminhos mais adequados ao exercício de uma profissão em mudança, fruto de profundas alterações nos públicos que frequentam a escola, nos saberes e nas relações entre as pessoas.

A qualidade da educação exige da parte dos diferentes parceiros atitudes de abertura à negociação.

Uma palavra para os funcionários não docentes da escola. Quero agradecer-vos o carinho e o profissionalismo com que lidam com os alunos.

A todos vós desejo os maiores êxitos. O futuro do país em muito depende do vosso trabalho.

# O VI Congresso da FNE

Após a sessão de abertura o Congresso retomou os trabalhos normais tendo discutido e aprovado o Relatório de Actividades que foi apresentado pela Secretária Geral.



A alteração de Estatutos, apresentada pelo Vice Secretário Geral, José Ricardo, foi aprovada por larga maioria.

De realçar na alteração estatutária aprovada a modificação do símbolo da FNE. Desde já o Secretariado Executivo procura dar cumprimento ao Plano de Acção aprovado em Congresso, no que diz respeito à melhoria da imagem da FNE. Desde 26 de Maio de 2001 que a FNE tem um novo visual que faz já parte da capa do nosso jornal. Após a aprovação dos estatutos o painel da esquerda deixou de ter o velho símbolo e passou a ter a nova imagem, numa



cerimónia que arrancou uma ovação de pé por parte de todo o Congresso. Com este novo símbolo pretende a FNE expressar a sua vontade de continuar a trabalhar pela defesa de todos os profissionais da educação tendo sempre presente que o futuro é dinâmico e que com todos queremos continuar a a construí-lo.

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos “Discussão e votação do Plano de Acção Sindical para o triénio 2001/2004” o Vice Secretário Geral, Luís de Melo, apresentou as linhas de política que a lista candidata, que ganhou as eleições, propunha.

Discutidas e analisadas as mesmas foram aprovadas por maioria com trinta abstenções. Este foi talvez o ponto mais alto das discussões dado que duas propostas de alteração ao ponto que se referia à aposentação dos docentes foram apresentados ao Congresso. A primeira proposta apresentada pelo SDPAçores, foi recusada pelo Congresso por uma larga maioria sendo a segunda adoptada pelo Secretariado Executivo que, portanto, a integrou na sua proposta.



Enquanto os trabalhos do segundo dia decorriam, procedeu-se à votação para a eleição dos Corpos Gerentes para a FNE para o Triénio 2001/2004. Os resultados das votações foram os seguintes: Votantes 592. Votos sim – 492, votos não – 60, votos brancos – 25, votos nulos – 15.

O Congresso terminou com a apresentação e



## O VI Congresso da FNE

aprovação de um conjunto de Moções sobre os Direitos da Criança, os Direitos Sindicais, os Direitos



Humanos; a Paz no Mundo; a Reforma Curricular; o Ensino de Português no Estrangeiro, e Timor.

Na sessão de encerramento o Secretário Geral da UGT fez uma intervenção onde

relevou o papel importante que a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação tem desempenhado na defesa dos direitos dos trabalhadores da Educação, na participação activa e empenhada que tem dado à UGT e à defesa dos ideais do sindicalismo democrático de proposta e de concertação.

João Proença fez uma análise cuidada do País que temos em termos laborais e económicos tendo-se referido às vivas discussões a que teve oportunidade de assistir sobre o Plano de Acção.

A este propósito e sobre a problemática da aposentação, o Secretário Geral da UGT louvou a



posição assumida pelo Congresso salientando que em termos da Administração Pública "o pagamento de salários e de aposentações é efectuado pelo mesmo organismo, o Estado"

situação em nada semelhante ao que acontece na função privada em que os salários são pagos pelos patrões e as aposentações pela Caixa Geral de Aposentações – organismo do estado.

Para completar o relato do que foram os dois dias de trabalho deste Congresso falta referir que os colegas representando os sindicais de professores



dos Palop dirigiram uma saudação especial ao Congresso, tendo

homenageado a Secretária Geral da FNE e, em si a Federação com a entrega de uma prenda simbólica.

No final do Congresso e após a tomada de posse dos novos Corpos Gerentes da FNE para o triénio 2001/2004 o novo Presidente da FNE, Jorge Santos, dirigiu-se aos Congressistas, tendo afirmado que o caminho que a Federação vai encetar depois deste Congresso é o de continuar a luta pela educação fazendo com que todos os parceiros sociais entendam que *"A Educação está na raiz do desenvolvimento"*.

